

***Saberes em diálogo: a interdisciplinaridade como horizonte epistêmico da
academia contemporânea***

*Knowledge in Dialogue: Interdisciplinarity as the Epistemological Horizon of
Contemporary Academia*

*Conocimientos en diálogo: la interdisciplinariedad como horizonte epistémico del
mundo académico contemporáneo*

Márcia Santos Duarte de Oliveira¹
ORCID: 0000-0002-4495-9489

Antocléia de Souza Santos²
ORCID: 0000-0003-4991-1297

Eliana Barbosa dos Santos³
ORCID 0000-0001-7663-0824

Eliene Pereira da Silva-Dias⁴
ORCID: 0000-0002-3918-0593

Jucineide Lessa de Carvalho⁵
ORCID 0000-0001-5885-7486

Submitted on: 2026-09-13
Accepted on: 2026-08-01

RESUMO

Este texto editorial apresenta a interdisciplinaridade como horizonte epistêmico da academia contemporânea, em contraste explícito com a fragmentação do conhecimento. O argumento se desenvolve em três movimentos. Primeiro, oferece um diagnóstico da hiperespecialização como “patologia do saber”, traçando a crítica desde o seminário da OCDE sistematizado em Apostel *et al.*

¹ Doutora em Linguística (Universidade de São Paulo); realizou pesquisas de pós-doutorado na Universidade de Coimbra (Portugal) e no Instituto Politécnico do Libolo (ISPTLO, Angola). Professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

² Doutora em Ciências Sociais pela UFP em Portugal e servidora pública da Secretaria de Estado de Educação do Maranhão-SEDUC/MA, Maranhão, Brasil.

³ Doutoranda em Linguística Aplicada Interdisciplinar pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Linguística Aplicada (PPGILA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil. Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil.

⁴ Doutora em Ciências da Educação pela UTIC em Assunção, Paraguai, e Mestre em Governança e Desenvolvimento pela ENAP. Técnico Judiciário no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), Brasília, Brasil.

⁵ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Tecnologias da Informação e Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordenadora de Tecnologia e Inovação Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED).

(1972) até a radicalização epistemológica de Japiassu (1976), o giro pedagógico-existencial de Fazenda (1994) e o paradigma da complexidade proposto por Morin (2003). Segundo, reconstrói a genealogia conceitual do giro interdisciplinar, distinguindo a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como modos progressivamente integradores de organizar o trabalho científico, e situa esse vocabulário dentro de transformações institucionais mais amplas – desde a mudança do Modo 1 para o Modo 2 na produção de conhecimento até a contextualização da ciência na “ágora” pública e a crítica das epistemologias hegemônicas impulsionada pela Comissão Gulbenkian. Terceiro, avança em direção à operacionalização, examinando o Processo de Pesquisa Interdisciplinar como metodologia estruturada e recursiva, os critérios de avaliação integradora que equilibram o enraizamento disciplinar, o avanço da integração e a adequação ao propósito, bem como as competências metacognitivas requeridas do pesquisador interdisciplinar. O texto conclui delineando os procedimentos editoriais que a *Global Review of Social Sciences, Education and Humanities* (GRSSEH) adotará para receber e avaliar as propostas interdisciplinares de maneira qualificada e equitativa, incluindo diretrizes explícitas para os autores, a revisão por pares que articula avaliadores de diferentes campos e a revisão periódica de seus próprios procedimentos de avaliação.

Palavras-chave: interdisciplinaridade; horizonte epistêmico; fragmentação do conhecimento; hiperespecialização; processo de pesquisa interdisciplinar.

ABSTRACT

This editorial text presents interdisciplinarity as the epistemic horizon of contemporary academia, in explicit contrast to the fragmentation of knowledge. The argument unfolds in three movements. First, it offers a diagnosis of hyper-specialization as a “pathology of knowledge”, tracing the critique from the OECD seminar systematized in Apostel et al. (1972) through the epistemological radicalization of Japiassu (1976), the pedagogical-existential turn of Fazenda (1994), and the paradigm of complexity proposed by Morin (2003). Second, it reconstructs the conceptual genealogy of the interdisciplinary turn, distinguishing multidisciplinary, interdisciplinarity, and transdisciplinary as progressively integrative modes of organizing scientific work, and situating this vocabulary within broader institutional transformations – from the Mode 1/Mode 2 shift in knowledge production to the contextualization of science in the public “agora” and the critique of hegemonic epistemologies advanced by the Gulbenkian Commission. Third, it moves toward operationalization, examining the Interdisciplinary Research Process as a structured and recursive methodology, integrative evaluation criteria that balance disciplinary grounding, advancement of integration, and adequacy to purpose, and the metacognitive competencies required of the interdisciplinary researcher. The text closes by outlining the editorial procedures that the *Global Review of Social Sciences, Education and Humanities* (GRSSEH) will adopt to receive and evaluate interdisciplinary submissions in a qualified and equitable manner, including explicit guidelines to authors, peer review articulating evaluators from distinct fields, and the periodic revision of its own evaluation procedures.

Keywords: interdisciplinarity; epistemic horizon; fragmentation of knowledge; hyper-specialization; interdisciplinary research process

RESUMEN

Este texto editorial presenta la interdisciplinariedad como horizonte epistémico de la academia contemporánea, en contraste explícito con la fragmentación del conocimiento. El argumento se desarrolla en tres movimientos. Primero, ofrece un diagnóstico de la hiperespecialización como “patología del saber”, trazando la crítica desde el seminario de la OCDE sistematizado en Apostel et

al. (1972) hasta la radicalización epistemológica de Japiassu (1976), el giro pedagógico-existencial de Fazenda (1994) y el paradigma de la complejidad propuesto por Morin (2003). Segundo, reconstruye la genealogía conceptual del giro interdisciplinario, distinguiendo la multidisciplinariedad, la interdisciplinariedad y la transdisciplinariedad como modos progresivamente integradores de organizar el trabajo científico, y sitúa este vocabulario dentro de transformaciones institucionales más amplias – desde el cambio del Modo 1 al Modo 2 en la producción de conocimiento hasta la contextualización de la ciencia en la “ágora” pública y la crítica de las epistemologías hegemónicas impulsada por la Comisión Gulbenkian. Tercero, avanza hacia la operacionalización, examinando el Proceso de Investigación Interdisciplinaria como metodología estructurada y recursiva, los criterios de evaluación integradora que equilibran el arraigo disciplinario, el avance de la integración y la adecuación al propósito, así como las competencias metacognitivas requeridas del investigador interdisciplinario. El texto concluye delineando los procedimientos editoriales que la *Global Review of Social Sciences, Education and Humanities* (GRSSEH) adoptará para recibir y evaluar las propuestas interdisciplinarias de manera cualificada y equitativa, incluyendo pautas explícitas para los autores, la revisión por pares que articula evaluadores de distintos campos y la revisión periódica de sus propios procedimientos de evaluación.

Palabras clave: interdisciplinariedad; horizonte epistémico; fragmentación del conocimiento; hiperespecialización; proceso de investigación interdisciplinaria.

1 APRESENTAÇÃO

Há um instante em que uma revista deixa de ser projeto e se torna promessa: quando o primeiro número encontra, enfim, seus leitores. É esse o instante que ora se anuncia com a *Global Review of Social Sciences, Education and Humanities*, que inaugura sua trajetória acadêmica sob o título “Ética, Governança e as Humanidades na Era Digital”. Mais do que um volume de estreia, o que se oferece ao leitor é um gesto editorial deliberado: a afirmação de que os grandes problemas do nosso tempo não cabem nos limites de uma única disciplina, e que compreendê-los exige um pensamento que se faça, corajosamente, entre fronteiras.

É precisamente essa convicção que orienta este texto das editoras, “Saberes em diálogo: a interdisciplinaridade como horizonte epistémico da Academia contemporânea” que abre este número e lhe confere a sua moldura conceitual. Nele, a interdisciplinaridade não comparece como mera etiqueta institucional ou concessão retórica à moda acadêmica, mas como horizonte epistémico: uma aposta de que a complexidade do mundo contemporâneo – atravessado por tecnologias digitais, por novas formas de poder e de vulnerabilidade – exige um olhar que se recuse a permanecer confinado. Ao propor que os saberes se encontrem e se interroguem reciprocamente, este texto estabelece o tom do volume e antecipa, em chave teórica, o que cada contribuição a seguir demonstrará em chave analítica.

A aposta deste texto encontra eco imediato nos estudos reunidos neste número inaugural, que exploram, com rigor e sensibilidade, um espectro de questões que atravessam as Ciências Sociais, a Educação e as Humanidades: o acesso à justiça, a governança de pessoas no âmbito do Poder Judiciário, a ética e o dialogismo, o pensamento sistêmico e as relações, cada vez mais urgentes, entre inteligência artificial e educação. Longe de se apresentarem como temas justapostos, tais contribuições estabelecem conexões significativas entre instituições, relações humanas e as transformações que moldam a sociedade contemporânea. É precisamente nessa trama de vínculos que reside a originalidade da proposta: não se trata de somar saberes, mas de fazê-los conversar.

2 A ACADEMIA FRAGMENTADA: O DIAGNÓSTICO DA HIPERESPECIALIZAÇÃO

A reflexão sobre a fragmentação do conhecimento e as vias de sua superação percorre um arco teórico que se estende do diagnóstico institucional à proposição de uma nova atitude epistemológica. O ponto de partida desse percurso encontra-se no seminário promovido pela OCDE⁶, cujos resultados foram reunidos no volume *L'interdisciplinarité* (1972) – Apostel *et al.* (1972). O mérito do volume reside em converter a interdisciplinaridade em objeto de investigação sistemática, distinguindo graus de articulação dos saberes – da pluridisciplinaridade à transdisciplinaridade – e submetendo a prática universitária a uma crítica de caráter institucional.

Hilton Japiassu, em *Interdisciplinaridade e patologia do saber* (1976), radicaliza o diagnóstico apresentado em Apostel *et al.* (1972), deslocando-o do plano administrativo para o plano epistemológico. A fragmentação deixa de ser mera disfunção organizacional e passa a ser concebida como patologia do próprio saber: para Japiassu (1976), a hiperespecialização produz especialistas confinados a domínios cada vez mais restritos, incapazes de perceber a articulação do todo. Japiassu herda do repertório da OCDE a gradação entre pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, mas a subordina a uma exigência mais profunda: a da superação do isolamento disciplinar como condição de inteligibilidade dos fenômenos humanos. A interdisciplinaridade assume, assim, contornos de atitude crítica e de programa de pesquisa voltado às ciências humanas.

⁶ OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico; em francês OCDE – *Organisation de Coopération et de Développement Économiques* – tem origem na OECE (Organização Europeia de Cooperação Econômica), criada em 1948 para administrar a ajuda do Plano Marshall na reconstrução da Europa pós-Segunda Guerra. Em 1961, a OECE foi reorganizada e ampliada, dando origem à OCDE, com a incorporação de países não europeus (como EUA e Canadá) e a expansão de seu mandato para além da reconstrução econômica.

Ivani Fazenda – em *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa* (1994) –, ao retomar o legado de Apostel *et al.* (1972) e Japiassu (1976), opera um novo deslocamento à temática: a interdisciplinaridade deixa de ser apenas princípio de organização e torna-se construção de uma atitude pedagógica e existencial. Fazenda (1994) conserva a crítica de Japiassu (1976) à fragmentação, mas confere à proposta um sentido formativo, ancorado na cooperação, no diálogo e na disponibilidade do pesquisador para o encontro com o outro saber. Fazenda acentua a dimensão subjetiva e relacional em detrimento da dimensão institucional, o que introduz uma primeira tensão: entre a interdisciplinaridade como estrutura organizacional e a interdisciplinaridade como disposição do sujeito.

Edgar Morin (2003), por sua vez, amplia o horizonte ao vincular a fragmentação dos saberes à crise do pensamento moderno. Em *A cabeça bem-feita* (2003), o autor propõe a reforma do pensamento como condição para a religação dos conhecimentos, articulando a interdisciplinaridade ao paradigma da complexidade. A contribuição de Morin reside em mostrar que a mera justaposição de disciplinas não basta: exige-se uma reorganização dos princípios do conhecimento, capaz de reconhecer a multidimensionalidade dos fenômenos e a interdependência entre os campos. Essa perspectiva tensiona o programa de Japiassu (1976) na medida em que desloca o problema da organização disciplinar para o da própria racionalidade, aproximando-se da transdisciplinaridade defendida por Nicolescu (1999), herdeiro da mesma tradição.

Depreende-se, portanto, um campo de convergências e tensões. Convergem os quatro marcos na crítica à especialização estéril e na defesa de abordagens integradoras; divergem quanto ao *locus* da superação – institucional, na OCDE; epistemológico, em Japiassu; pedagógico-subjetivo, em Fazenda; e paradigmático, em Morin. Essa pluralidade não constitui fragilidade, mas riqueza heurística: cada autor ilumina uma dimensão do problema, e a articulação entre tais dimensões fornece o arcabouço conceitual necessário para enfrentar a fragmentação do conhecimento na academia contemporânea, sem reduzir a interdisciplinaridade a mero arranjo administrativo nem a uma adesão retórica desprovida de fundamento teórico.

3. A VIRADA INTERDISCIPLINAR: FUNDAMENTOS, GENEALOGIA CONCEITUAL E ABERTURA DOS SABERES

Se a seção anterior demonstrou o caráter patológico da hiperespecialização, na esteira do diagnóstico de Japiassu (1976), cumpre agora reconstruir os fundamentos conceituais e as trajetórias históricas que permitem compreender a interdisciplinaridade não como paliativo administrativo, mas como horizonte epistêmico da Academia contemporânea.

A distinção entre multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, canonizada no debate dos anos 1970, constitui o ponto de partida de toda discussão consequente. Entre as três modalidades de articulação disciplinar, distingue-se, em primeiro plano, a multidisciplinaridade: nela, as disciplinas se dispõem lado a lado diante de um mesmo objeto, sem que qualquer laço de cooperação as una; cada campo conserva integralmente suas fronteiras, e o resultado do empreendimento conjunto não ultrapassa a soma das contribuições produzidas em paralelo. Em um grau intermediário, a interdisciplinaridade instaura o encontro: métodos que se transferem, conceitos que se intercambiam e cooperação que se organiza em torno de problemas comuns, ainda que cada disciplina preserve sua identidade. No extremo oposto da escala, a transdisciplinaridade dissolve as demarcações: as fronteiras entre os campos são ultrapassadas e o conhecimento tende a uma unidade. Tais distinções, convém sublinhar, não configuram um simples inventário taxonômico; antes, traduzem concepções diversas de organização do trabalho científico – da coexistência pacífica das disciplinas à cooperação coordenada e, por fim, à integração total dos saberes.

A síntese apresentada a seguir estrutura as demarcações conceituais canônicas formuladas no âmbito do seminário do CERI/OCDE e apropriadas criticamente pela tradição epistemológica subsequente, distinguindo a coexistência justaposta, a cooperação coordenada e a integração axiológica dos saberes.

Quadro 1 – Distinções conceituais: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade

Conceito	Definição	Referência
Multidisciplinaridade	Justaposição de disciplinas que examinam um mesmo objeto sem cooperação efetiva; cada campo permanece intacto e o produto equivale à soma de contribuições paralelas.	Jantsch (1972, pp. 108–109); Japiassu (1976)
Interdisciplinaridade	Interação entre disciplinas – transferência de métodos, intercâmbio conceitual e cooperação em torno de problemas comuns –, sem que as disciplinas abdicuem de sua identidade.	Piaget (1972, pp. 131–144); Japiassu (1976)
Transdisciplinaridade	Grau mais alto de integração, em que as fronteiras disciplinares são ultrapassadas em direção a uma unidade do conhecimento.	Jantsch (1972, pp. 108–109); Piaget (1972, pp. 131–144)

Fonte: elaboração das autoras.⁷

⁷ As páginas de Jantsch (1972, pp. 108–109) e de Piaget (1972, pp. 131–144) constam das notas do próprio Japiassu em *Interdisciplinaridade e patologia do saber* (1976).

A historiografia de Julie Thompson Klein (1990, 1996) matiza as distinções conceituais ao demonstrar que a interdisciplinaridade não é um conceito unívoco, mas uma família de práticas historicamente situadas. Klein documenta a emergência do termo nas ciências sociais norte-americanas das primeiras décadas do século XX e sua sistematização no debate da OCDE dos anos 1970, mostrando como as definições oscilam entre dimensões instrumentais e críticas. A interdisciplinaridade instrumental, orientada à solução de problemas, à transferência de técnicas e à eficiência da pesquisa aplicada, convive com a interdisciplinaridade crítica, que interroga as próprias fronteiras disciplinares como construções históricas e institucionais. Essa distinção é decisiva para a organização do trabalho acadêmico: permite reconhecer que práticas rotuladas de interdisciplinares podem permanecer meramente aditivas, ao passo que a abertura efetiva dos saberes exige a problematização das fronteiras, e não apenas sua articulação administrativa. Klein insiste, ademais, que disciplinaridade e interdisciplinaridade não se opõem de modo binário: a competência disciplinar é condição da cooperação interdisciplinar, e as fronteiras, mais do que suprimidas, são atravessadas e reconfiguradas.

As formulações de Erich Jantsch e de Jean Piaget, apresentadas no volume da OCDE *L'interdisciplinarité* (Apostel *et al.*, 1972), fundam a gradação em torno do conceito 'interdisciplinaridade'. Jantsch (1972) propôs a coordenação sistemática das disciplinas no âmbito do sistema ensino-inovação, distinguindo níveis progressivos de cooperação: da multidisciplinaridade, em que não há cooperação, à pluridisciplinaridade, em que a cooperação existe sem coordenação; da interdisciplinaridade, entendida como coordenação em um mesmo nível hierárquico, à transdisciplinaridade, concebida como coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas sob um sistema comum de axiomas. Para Jantsch, a transdisciplinaridade não é um acréscimo formal, mas uma reorientação axiológica do conhecimento, ancorada na finalidade social do saber.

Piaget (1972) analisou as relações interdisciplinares do ponto de vista epistemológico, distinguindo graus de reciprocidade entre as ciências – cujo exemplo canônico são os setores híbridos, como a psicolinguística – e vislumbrou, para além da interdisciplinaridade, um estágio transdisciplinar no qual as fronteiras entre disciplinas tenderiam a desaparecer em favor de uma teoria geral das estruturas e dos sistemas, fundada em seu estruturalismo genético e construtivista (Piaget, 1972). A formulação piagetiana é, ao mesmo tempo, generosa e ambiciosa: reconhece a interdisciplinaridade como condição do progresso das ciências humanas, mas a subordina a um projeto unificador que, como já assinalara Japiassu (1976), corre o risco de dissolver a historicidade e a dimensão social do conhecimento. A retomada desses fundamentos não é, portanto, um gesto celebratório: trata-se de incorporar criticamente um repertório cujas tensões permanecem operantes.

A virada conceitual examinada encontra correspondência em uma transformação institucional mais ampla, descrita por Gibbons *et al.* (1994) a partir da distinção entre “Modo 1” e “Modo 2” de produção de conhecimento. O Modo 1 corresponde ao modelo disciplinar clássico: conhecimento produzido no interior da universidade, organizado por disciplinas, hierárquico e homogêneo, com problemas definidos no contexto acadêmico e validados pelo controle de pares. O Modo 2 designa uma forma emergente de produção do conhecimento: gerada no contexto de aplicação, transdisciplinar, heterogênea quanto às organizações e aos atores envolvidos, socialmente responsável e reflexiva, e submetida a critérios mais amplos de qualidade, que transcendem a avaliação estritamente disciplinar. Nesse regime, a pesquisa deixa de ser monopólio da academia e desenvolve-se em redes que articulam universidades, institutos, empresas, governos e organizações da sociedade civil, em torno de problemas que não respeitam as fronteiras disciplinares.

Nowotny, Scott e Gibbons (2001) aprofundam o diagnóstico de Gibbons *et al.* (1994) ao deslocar a reflexão para a relação entre ciência e sociedade. Nowotny, Scott e Gibbons descrevem um processo de contextualização da ciência em que a produção do conhecimento se dá em um espaço público – a “ágora” – de negociação entre especialistas e não especialistas⁸; a validade do saber passa a depender não apenas do reconhecimento dos pares, mas de sua robustez social, isto é, de sua capacidade de responder às incertezas e às demandas de uma sociedade plural. Dessa perspectiva, a interdisciplinaridade deixa de ser uma escolha epistemológica de indivíduos isolados e torna-se exigência estrutural: a ciência contemporânea, imersa em contextos de incerteza e em redes heterogêneas de atores, não pode prescindir da articulação dos saberes. Tal constatação confere à interdisciplinaridade um estatuto institucional novo: a reorganização do trabalho científico em equipes, redes e projetos transversais é condição de inteligibilidade e de legitimidade da pesquisa contemporânea.

No mesmo horizonte de Nowotny, Scott e Gibbons (2001), situa-se o relatório da Comissão Gulbenkian para a reestruturação das ciências sociais (Wallerstein *et al.*, 1996). O documento diagnostica a origem histórica das disciplinas sociais no século XIX, quando se consolidou, sob a hegemonia do modelo das ciências naturais, uma arquitetura institucional que separava as ciências nomotéticas das idiográficas e distribuía os objetos de estudo – Estado, mercado, sociedade, cultura, história – entre disciplinas estanques, marcadas por um universalismo eurocêntrico que invisibilizava

⁸ “Ágora” (em português) e “agora” (em inglês) são transliterações diretas do grego *ἀγορά* (*agorá*), que designava a praça pública da *pólis* – espaço de assembleia, debate e deliberação cidadã.

as vozes do “outro”⁹. A comissão propõe, então, a abertura das ciências sociais em múltiplas frentes: a superação da oposição entre nomotético e idiográfico; a incorporação da complexidade e dos processos não lineares à análise social; a inclusão, como produtores e não apenas como objetos de conhecimento, dos grupos historicamente silenciados – o mundo não ocidental, as mulheres, as populações periféricas – e a reformulação do universalismo, não como pressuposto já alcançado, mas como projeto regulador aberto à pluralidade. Essas proposições têm implicações diretas para a organização do trabalho acadêmico: a abertura epistemológica reivindicada pelo relatório exige a reestruturação dos departamentos, a revisão dos critérios de avaliação e a criação de espaços de cooperação entre disciplinas e entre a academia e a sociedade. A interdisciplinaridade, nesse quadro, deixa de ser adorno discursivo e converte-se em instrumento de uma política do conhecimento orientada à inclusão epistêmica.

O conjunto das formulações apresentadas converge em uma crítica comum às hierarquias entre saberes e às epistemologias hegemônicas. A arquitetura disciplinar do século XIX não apenas organizou o trabalho científico; instituiu uma escala de valor entre formas de conhecimento, no topo da qual se situam as ciências naturais e, na base, os saberes ditos locais, tradicionais ou não científicos. Essa hierarquia, denunciada pelo relatório Gulbenkian e problematizada pela ciência reflexiva do ‘Modo 2’, sustenta a exclusão epistêmica: certos sujeitos são reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento, enquanto outros são reduzidos à condição de informantes ou objetos. A crítica às epistemologias hegemônicas, que ganhou corpo nas últimas décadas, radicaliza essa denúncia ao questionar o caráter universal da ciência moderna, mostrando que aquilo que se apresenta como conhecimento neutro é, com frequência, a universalização de uma perspectiva histórica e culturalmente situada.

A interdisciplinaridade em nossa contemporaneidade assume um duplo papel: por um lado, promove o diálogo entre as ciências, atenuando as hierarquias internas ao campo científico; por outro, abre espaço para a consideração de saberes situados fora da Academia, desde que o encontro se dê em condições de simetria – o que supõe, como advertia o próprio debate fundador, a atitude de abertura que Japiassu (1976) já identificava como condição da interdisciplinaridade. A superação das hierarquias entre saberes não implica, portanto, a dissolução da especificidade científica, mas o

⁹ A distinção entre ciências nomotéticas e idiográficas foi formulada por Wilhelm Windelband em 1894, no discurso *Geschichte und Naturwissenschaft*. As ciências nomotéticas (do grego *nómos*, “lei”) buscam leis gerais e universais, modelo das ciências naturais; as idiográficas (do grego *idios*, “particular”) ocupam-se do singular e irrepetível, modelo das ciências humanas. Retomada por Dilthey (1894, 2010) no par *Erklären* (explicar) e *Verstehen* (compreender), a dicotomia ciências nomotéticas e idiográficas legitimou a separação entre ciências da natureza e do espírito.

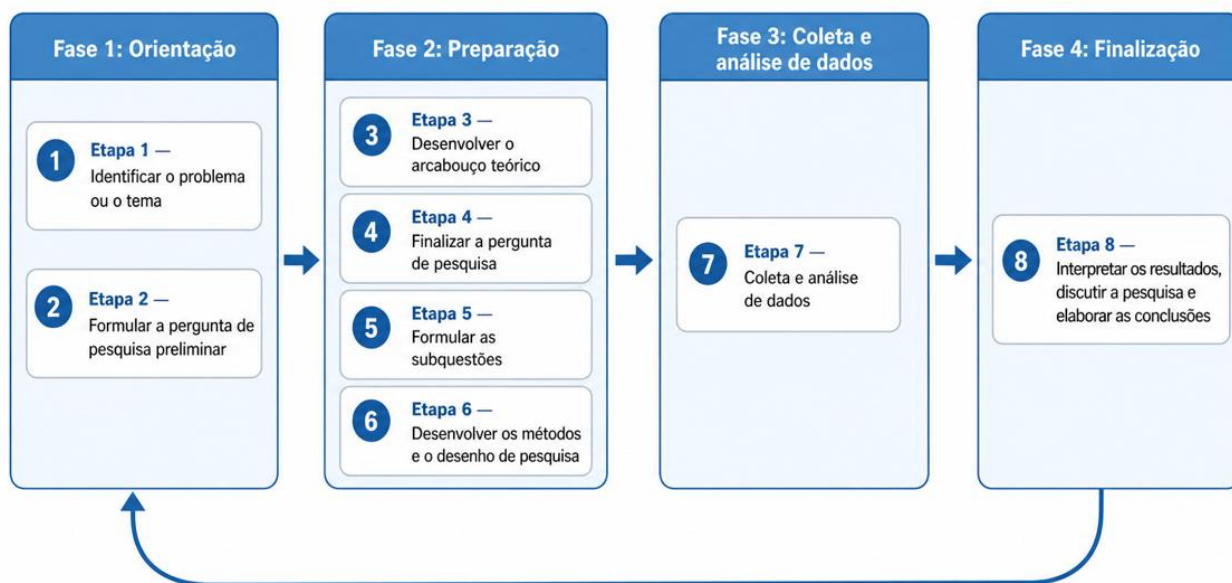
reconhecimento de sua pluralidade interna e de sua inserção em um campo mais amplo de formas de conhecimento.

4. A INTERDISCIPLINARIDADE NA PRÁTICA: MÉTODOS, PESQUISA E AVALIAÇÃO

Se a seção anterior estabeleceu a interdisciplinaridade como horizonte epistêmico – conceito, prática e exigência institucional –, cumpre agora examinar como esse horizonte se traduz em procedimentos concretos de produção e validação do conhecimento. Esta seção desloca o foco do plano teórico para o plano operacional, interrogando três dimensões complementares: o processo metodológico da pesquisa interdisciplinar; os critérios de qualidade e os desafios de sua avaliação; e as competências exigidas do pesquisador que se dispõe a operar nas fronteiras das disciplinas. Ao final, explicita-se o conjunto de procedimentos editoriais que a Global Review of Social Sciences, Education and Humanities (GRSSEH) buscará adotar para acolher, de modo qualificado e equitativo, submissões de caráter interdisciplinar.

A primeira dimensão da prática interdisciplinar interroga como esta se converte em procedimento de pesquisa. A esse respeito, o manual *An Introduction to Interdisciplinary Research: Theory and Practice* (Rutting *et al.*, 2016) constitui referência oportuna, não por sua exaustividade, mas por explicitar que a prática interdisciplinar não resulta de espontaneidade intelectual, e sim de um percurso metodológico deliberado. Organizada em três partes – a primeira dedicada aos fundamentos conceituais, a segunda ao percurso operacional e a terceira à prática –, a obra reserva sua seção central à apresentação do chamado modelo IIS (*Institute for Interdisciplinary Studies* – Instituto de Estudos Interdisciplinares), estruturado em quatro fases: orientação, preparação, coleta e análise de dados e finalização (Rutting *et al.*, 2016, 51-56). Atente para a figura a seguir:

Figura 1 – O Modelo IIS para a pesquisa interdisciplinar:



Fonte: tradução e adaptação de Rutting *et al.* (2016, p. 52) – GPT Imagem

O que interessa da arquitetura da figura 1 é o seu caráter iterativo: as fases não se sucedem como etapas lineares, mas se retroalimentam, na medida em que a formulação do problema, o refinamento da pergunta de pesquisa e a escolha dos métodos se reajustam reciprocamente ao longo do percurso. No interior desse processo, a obra destaca a integração como operação central, distinguindo três famílias de técnicas – acrescentar, ajustar e conectar (*add, adjust, connect*) –, que podem incidir sobre a teoria, sobre os métodos ou sobre os resultados (Rutting *et al.*, 2016, p. 47, figura 7). Tais técnicas pressupõem, por sua vez, instrumentos concretos de trabalho: o manual propõe a tabela de gestão de dados (*data management table*) em que o pesquisador registra, para cada disciplina mobilizada, suas teorias, conceitos, pressupostos e contribuições ao problema investigado, de modo a tornar visíveis os conflitos entre perspectivas e as condições de um eventual terreno comum (Rutting *et al.*, 2016, p. 72, fig. 18). Complementarmente, a formulação da pergunta de pesquisa é apresentada como momento decisivo, avaliável segundo quatro critérios – pertinência, ancoragem, exequibilidade e precisão –, ao passo que a coleta e a análise de dados exigem decisões explícitas de operacionalização (Rutting *et al.*, 2016, caps. 8 e 10). Em síntese, o que o manual oferece é uma gramática procedimental: a interdisciplinaridade deixa de ser invocação abstrata e se torna prática metódica, sustentada por dispositivos que disciplinam o diálogo entre saberes sem dissolver a especificidade de cada disciplina.

A segunda dimensão da prática interdisciplinar concerne a validação do conhecimento interdisciplinar. Aqui se enfrenta um paradoxo estrutural: os critérios de qualidade consolidados na academia permanecem, em larga medida, disciplinares, enquanto o objeto a avaliar se define

justamente pela travessia das fronteiras. Se a interdisciplinaridade se caracteriza, na definição da *National Academy of Sciences* (2005), pela integração de informações, dados, técnicas, ferramentas, perspectivas, conceitos e/ou teorias provenientes de duas ou mais disciplinas, então é a qualidade da integração que deveria ocupar o centro da avaliação. Nesse sentido, a contribuição de Repko e Szostak (2017) mostra-se oportuna: ao sistematizar, no âmbito do processo de pesquisa interdisciplinar, os critérios de justificação do enfoque, os autores fornecem parâmetros que distinguem a pesquisa genuinamente interdisciplinar da pesquisa disciplinar e da mera justaposição multidisciplinar – a complexidade do problema, a existência de aportes relevantes de duas ou mais disciplinas, a insuficiência explicativa de qualquer disciplina isolada e a pertinência social da questão investigada (Repko & Szostak, 2017, pp. 179-183). Tais critérios, formulados com apoio explícito no referencial da *National Academies* (2005), constituem indicadores preliminares de avaliação, ainda que a consolidação de critérios avaliativos especificamente interdisciplinares permaneça tarefa em aberto: a maior parte dos fluxos editoriais e dos processos de avaliação institucional segue operando com lentes disciplinares, o que tende a penalizar trabalhos cujo mérito reside precisamente na articulação entre saberes. Esse descompasso entre a natureza integrativa da produção e os instrumentos disponíveis para julgá-la constitui um dos desafios mais agudos da prática interdisciplinar contemporânea.

A terceira dimensão da prática interdisciplinar diz respeito ao sujeito da pesquisa: o pesquisador que se dispõe a operar nas fronteiras das disciplinas. A obra de referência é explícita ao tratar a comunicação como primeiro passo da integração (Rutting *et al.*, 2016, p. 43-44), o que desloca a atenção das técnicas para as disposições do pesquisador: domínio aprofundado da própria disciplina, autorreflexão crítica e capacidade de tornar explícita a própria perspectiva (Rutting *et al.*, 2016, cap. 9). A esses atributos soma-se a habilidade tradutória – o manual ilustra o esforço de aprender a “falar economês” (*how to speak 'economish'*) como condição do diálogo interdisciplinar – e a disponibilidade para habitar a complexidade e a incerteza, traços associados à compreensão dos sistemas adaptativos complexos que, na própria obra, motivam a aposta na interdisciplinaridade (Rutting *et al.*, 2016, caps. 5 e 9). Não se trata, portanto, de um pesquisador que abdica de sua disciplina, mas de um sujeito que aprofunda a própria formação para, a partir dela, interpelar e ser interpelado por outras formas de saber.

Das três dimensões da prática interdisciplinar apresentadas decorre a posição institucional que a *Global Review of Social Sciences, Education and Humanities* (GRSSEH) buscará adotar. Consciente de que a prática interdisciplinar só se sustenta se os mecanismos de validação a reconhecerem, a Revista buscará adotar procedimentos editoriais destinados a acolher, de modo

qualificado e equitativo, submissões de caráter interdisciplinar: critérios explícitos que valorizem a integração – e não apenas a justaposição de aportes disciplinares –, orientações claras aos autores acerca do que se espera de um trabalho interdisciplinar e a composição de pareceres que mobilizem olhares disciplinares complementares, de modo que a avaliação seja tão plural quanto o objeto avaliado. Cumpre sublinhar, contudo, que tal conjunto de procedimentos constitui um processo ainda a ser atingido: a consolidação do desenho editorial da Revista é tarefa em construção, e a formulação de seus critérios específicos para a avaliação de trabalhos interdisciplinares permanece horizonte de trabalho.

No percurso apontado no parágrafo anterior, a GRSSEH visa a constituir-se como um fórum de discussões interdisciplinares – um espaço editorial aberto ao conjunto dos saberes em que as ciências sociais, a educação e as humanidades encontram interlocução qualificada sem que isso exclua as demais áreas do conhecimento humano, igualmente convocadas a esse diálogo. Na GRSSEH a pluralidade de perspectivas é tratada como riqueza epistêmica a ser cultivada, e não como obstáculo a ser contornado, de modo que a diversidade de origens disciplinares se converta em condição de inteligibilidade mútua e de produção partilhada de conhecimento.

5. ORGANIZAÇÃO DO VOLUME

Este volume inaugural da *Global Review of Social Sciences, Education and Humanities*, intitulado “Ética, Governança e as Humanidades na Era Digital”, marca o início da trajetória acadêmica da GRSSEH ao reunir estudos que se debruçam sobre desafios contemporâneos das Ciências Sociais, da Educação, das Letras e das Humanidades.

Este texto das editoras *Saberes em diálogo: a interdisciplinaridade como horizonte epistêmico da academia contemporânea* confere ao número inaugural sua moldura conceitual; a interdisciplinaridade não comparece como etiqueta institucional nem como concessão retórica à moda acadêmica, mas como horizonte epistêmico: a aposta de que a complexidade do mundo contemporâneo – atravessado por tecnologias digitais, por novas formas de poder e de vulnerabilidade – exige um pensamento que se faça, corajosamente, entre fronteiras.

A aposta do editorial encontra eco imediato nos estudos reunidos neste número inaugural, que exploram, com rigor e sensibilidade, um espectro de questões que atravessam as Ciências Sociais, a Linguística, a Educação e as Humanidades: o acesso à justiça, a governança de pessoas no âmbito do Poder Judiciário, a ética e o dialogismo, o pensamento sistêmico e as relações, cada vez mais urgentes, entre inteligência artificial e educação. Longe de se apresentarem como temas justapostos, tais contribuições estabelecem conexões significativas entre instituições, relações humanas e as

transformações que moldam a sociedade contemporânea. É precisamente nessa trama de vínculos que reside a originalidade da proposta: não se trata de somar saberes, mas de fazê-los conversar.

No texto que sucede o texto editorial *Inteligência artificial e o reconhecimento extrajudicial dos direitos previdenciários: o papel da Procuradoria-Geral da República do Brasil na ampliação do acesso à justiça* – de autoria de Albuquerque Lima e Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza –, o uso da inteligência artificial é analisado na resolução extrajudicial de demandas previdenciárias, destacando seu potencial para ampliar o acesso à justiça, desde que acompanhado de transparência, supervisão humana e responsabilidade institucional. O texto posiciona as humanidades como interlocutoras críticas – e não decorativas – dos debates sobre governança digital, num campo historicamente dominado por abordagens tecnocráticas e jurídico-regulatórias.

O texto *Dialogicidade e ética da pessoa: convergências e tensões entre Paul Ricoeur e Paulo Freire* de autoria de Antocléia de Sousa Santos situa-se com precisão no eixo temático que preside esta edição ao recolocar no centro do debate contemporâneo as perguntas fundamentais acerca da formação ética da pessoa, do reconhecimento do outro e das condições institucionais e educativas da vida em comum. Ao articular a hermenêutica ricœuriana e a pedagogia crítica freireana mediante a categoria da dialogicidade, a autora demonstra que a convergência em torno da dignidade humana, da alteridade e da justiça não oculta, mas ilumina, as tensões fecundas entre a mediação das instituições justas e a práxis transformadora. Trata-se de contribuição original à filosofia da educação contemporânea, que convida o leitor a reconhecer no diálogo um princípio ético capaz de orientar práticas educativas e sociais comprometidas com a humanização.

O último artigo autoral deste volume *Inteligência Artificial Generativa no Ensino de Português como Língua Pluricêntrica: Propostas Críticas, Didáticas e Éticas* de Eliana Barbosa dos Santos articula, no campo da Linguística Aplicada, as exigências éticas e de governança que a era digital impõe à educação linguística. Ao tomar o português em sua condição pluricêntrica como princípio epistemológico e não como simples objeto temático, a autora desloca o debate sobre a inteligência artificial generativa do terreno da eficiência instrumental para o da formação crítica, demonstrando que o valor pedagógico desses sistemas depende menos de sua capacidade técnica do que da mediação docente que os significa, dos critérios éticos que os orientam e da disposição institucional de reconhecer a legitimidade de todas as vozes das macro áreas de fala de língua portuguesa. Os três planejamentos propostos – da sala de aula invertida ao diário interativo, da rotação por estações às simulações de comunicação pluricêntrica – oferecem ao leitor não um receituário, mas um convite à reflexão situada sobre o que significa ensinar e aprender uma língua quando a tecnologia já não pode ser pensada como exterior à cultura.

O ensaio *Governança de Pessoas no Poder Judiciário: um ensaio sobre precisão conceitual e maturidade institucional*, de autoria de Eliene Pereira da Silva-Dias e Rodrigo Pires Andrade Maranhão, problematiza o uso indistinto das terminologias *governança de pessoas*, *governança e gestão de pessoas* e *governança em gestão de pessoas* no âmbito da Administração Pública brasileira. Tendo a Agenda 2030 das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como referencial normativo, os autores demonstram que tais expressões, embora frequentemente tratadas como equivalentes, comportam implicações conceituais e organizacionais distintas, com efeitos diretos sobre a delimitação de responsabilidades, a segregação de funções e os mecanismos de controle institucional. O ensaio sustenta, ainda, que a governança de pessoas constitui dimensão estratégica de direcionamento, supervisão e controle da gestão de pessoas, e não mera atividade operacional das unidades administrativas de pessoal, oferecendo subsídios para a maturidade institucional do setor público e para a incorporação das agendas de sustentabilidade, diversidade, inclusão e integridade ao funcionamento cotidiano das organizações. A leitura do texto configura convite à reflexão sobre a precisão conceitual como condição indispensável ao fortalecimento da capacidade estatal e à geração de valor público.

A presente edição encerra-se com a resenha crítica de Marcos Antonio Soares Andrade Filho sobre a obra *Artificial Intelligence and Education in the Global South*, de Fernando Reimers, Zainab Azim, Maria-Renée Palomo e Callysta Thonydo. Na obra, a inteligência artificial é tratada como componente sociotécnico cujo valor educacional depende de alinhamento sistêmico com currículo, formação docente, avaliação, governança e condições contextuais. O resenhista destaca a distinção entre melhoria e transformação educacional, a transparência metodológica diante de uma base de evidências ainda incipiente e a defesa da agência humana em sistemas integrados por IA, ao mesmo tempo em que aponta três limitações: a dependência de literatura emergente e geograficamente concentrada, a tensão entre amplitude temática e profundidade empírica e o risco de homogeneização teórica sob a categoria “Sul Global”. Não obstante tais restrições, o livro oferece matriz analítica rigorosa e orientada pela equidade, constituindo leitura indispensável para pesquisadores, gestores, formadores de professores e desenvolvedores de tecnologia educacional em sistemas de baixa disponibilidade de recursos.

6. PALAVRAS FINAIS

Ao término deste percurso, cabe recolher o fio condutor desta reflexão. A interdisciplinaridade não foi tratada neste texto como tema entre outros, nem como requisito formal a ser cumprido por conveniência institucional; foi apresentada como horizonte epistêmico – uma

maneira de conceber o conhecimento que se recusa a tomar as fronteiras disciplinares por naturais e definitivas. O diagnóstico da hiperespecialização, a reconstrução da genealogia conceitual e o exame das práticas de pesquisa e avaliação convergem para uma mesma constatação: a complexidade dos problemas contemporâneos não se resolve pela justaposição de competências, mas pela construção deliberada das condições que tornam possível a integração dos saberes.

Dessa constatação decorre o compromisso que a *Global Review of Social Sciences, Education and Humanities* (GRSSEH) assume desde o número inaugural. Uma revista existe, antes de tudo, pela comunidade que a lê, que a escreve e que a avalia, e é essa comunidade que determinará se o horizonte anunciado se converterá em prática efetiva ou permanecerá como declaração programática. O conjunto de textos reunidos sob o título “Ética, Governança e as Humanidades na Era Digital” oferece, nesse sentido, demonstração concreta do que se pretende: investigações que não se limitam a ocupar campos disciplinares delimitados, mas que interpelam instituições, linguagens e modos de vida desde perspectivas que se cruzam e mutuamente se interrogam.

Aos leitores que percorrerem estas páginas dirige-se, portanto, um convite e uma expectativa. O convite é o de ler cada contribuição não apenas pelo que enuncia em seu domínio de origem, mas pelas conexões que estabelece para além dele. A expectativa é a de que este volume opere menos como repertório de respostas do que como repertório de perguntas – aquelas que só se formulam quando o pensamento aceita atravessar as próprias fronteiras disciplinares. É com essa disposição que a GRSSEH inicia sua trajetória e que se abre, desde já, ao diálogo com quantos vierem a colaborar em seus próximos números.

REFERÊNCIAS

Apostel, L., Berger, G., Briggs, A., & Michaud, G. (Eds.). (1972). *L'interdisciplinarité: Problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités*. OCDE.

Dilthey, W. (1894). *Ideen über eine beschreibende und zergliedernde Psychologie*. In *Sitzungsberichte der Königlich Preußischen Akademie der Wissenschaften* (pp. 1309–1407). Reimer.

Dilthey, W. (2010). *A construção do mundo histórico nas ciências humanas* (M. Casanova, Trad.). Editora Unesp. (Obra original publicada em 1910)

Fazenda, I. C. A. (1994). *Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa*. Papirus.

Gibbons, M., Limoges, C., Nowotny, H., Schwartzman, S., Scott, P., & Trow, M. (1994). *The new production of knowledge: The dynamics of science and research in contemporary societies*. Sage.

Jantsch, E. (1972). *Vers l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation*. In L. Apostel, G. Berger, A. Briggs, & G. Michaud (Eds.), *L'interdisciplinarité: Problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités* (pp. 108–109). OCDE.

- Japiassu, H. (1976). *Interdisciplinaridade e patologia do saber. Imago*.
- Klein, J. T. (1990). *Interdisciplinarity: History, theory, and practice*. Wayne State University Press.
- Klein, J. T. (1996). *Crossing boundaries: Knowledge, disciplinarity, and interdisciplinarity*. University Press of Virginia.
- Klein, J. T., & Newell, W. H. (1996). Advancing interdisciplinary studies. In J. G. Gaff & J. L. Ratcliff (Eds.), *Handbook of the undergraduate curriculum: A comprehensive guide to purposes, structures, practices, and change* (pp. 393–415). Jossey-Bass.
- Morin, E. (2003). *A cabeça bem-feita: Repensar a reforma, reformar o pensamento* (E. Jacobina, Trad.; 8. ed.). Bertrand Brasil. (Obra original publicada em 1999).
- National Academy of Sciences, National Academy of Engineering, & Institute of Medicine. (2005). *Facilitating interdisciplinary research*. National Academies Press.
- Newell, W. H. (2007). Decision making in interdisciplinary studies. In G. Morçöl (Ed.), *Handbook of decision making* (pp. 245–264). CRC Press.
- Nicolescu, B. (1999). *O manifesto da transdisciplinaridade* (L. P. de Souza, Trad.). Triom.
- Nowotny, H., Scott, P., & Gibbons, M. (2001). *Re-thinking science: Knowledge and the public in an age of uncertainty*. Polity Press.
- Piaget, J. (1972). L'épistémologie des relations interdisciplinaires. In L. Apostel, G. Berger, A. Briggs, & G. Michaud (Eds.), *L'interdisciplinarité: Problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités* (pp. 131–144). OCDE.
- Repko, A. F., & Szostak, R. (2017). *Interdisciplinary research: Process and theory* (3rd ed.). SAGE Publications.
- Wallerstein, I., Juma, C., Fox Keller, E., Kocka, J., Lecourt, D., Mudimbe, V. Y., Mushakoji, K., Prigogine, I., Taylor, P. J., & Trouillot, M.-R. (1996). *Open the social sciences: Report of the Gulbenkian Commission on the restructuring of the social sciences*. Stanford University Press.
- Windelband, W. (1894). *Geschichte und Naturwissenschaft: Rede zum Antritt des Rectorats der Kaiser-Wilhelms-Universität Strassburg*. J. H. Ed. Heitz.